

Marina Silva Nascimento

Reflexões sobre as vivências da maternidade e identidade da mulher idosa

Uberlândia - MG

2026

Marina Silva Nascimento

Reflexões sobre as vivências da maternidade e identidade da mulher idosa

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Prof. Dr(a). Denise Stefanoni Combinato

Uberlândia - MG

2026

Marina Silva Nascimento

Reflexões sobre as vivências da maternidade e identidade da mulher idosa

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Prof. Dr(a). Denise Stefanoni Combinato

Banca Examinadora

Uberlândia, 12 de Março de 2026

Prof.^a Dr.^a. Denise Stefanoni Combinato (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia — Uberlândia, MG

Prof.^a Dr.^a. Carla Nunes Vieira Tavares (Examinadora)

Universidade Federal de Uberlândia — Uberlândia, MG

Prof.^a. Dr.^a. Viviane Prado Buiatti (Examinadora)

Universidade Federal de Uberlândia — Uberlândia, MG

Uberlândia - MG

2026

Resumo: A presente pesquisa visa analisar como a maternidade impacta na percepção de si e na narrativa de vida de uma mulher idosa, tendo em vista as dinâmicas sociais e as intersecções com o envelhecimento. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa qualitativa, a qual utilizou a metodologia História de Vida como alicerce para analisar uma entrevista individual não estruturada com uma mulher com mais de 60 anos, residente em Uberlândia - MG. A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo, conforme a Psicologia histórico-cultural. Ao final do processo de análise, foram constituídos dois núcleos de significação. O primeiro núcleo refere-se ao período anterior ao envelhecimento, marcado pelo exercício simultâneo de múltiplos papéis sociais, bem como por pressões, expectativas e idealizações associadas à maternidade e à identidade feminina. O segundo núcleo corresponde à fase subsequente da vida da participante, caracterizada por mudanças contextuais e transformações identitárias, nas quais emerge um novo modo de perceber a si mesma e de ressignificar experiências passadas. Os resultados indicam que, para a participante, a maternidade é identitária, embora ela também reconheça outras dimensões de sua identidade para além do papel materno.

Palavras-chave: Envelhecimento. Maternidade. Identidade.

Abstract: The present study aims to analyze how motherhood impacts an elderly woman's self-perception and life narrative, considering the social dynamics and their intersections with aging. To this end, a qualitative study was conducted, in which the Life History methodology was employed to guide the conduction of an unstructured individual interview with a woman over 60 years old, residing in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. Data analysis was carried out through content analysis, according to historical-cultural psychology. At the end of the analytical process, two nuclei of meaning were identified. The first nucleus refers to the period prior to aging, marked by the simultaneous exercise of multiple social roles, as well as by pressures, expectations, and idealizations associated with motherhood and female identity. The second nucleus corresponds to the subsequent phase of the participant's life, characterized by contextual changes and identity transformations, in which a new way of perceiving herself and of re-signifying past experiences emerges. The results indicate that, for the participant, motherhood is identity-forming, although she also recognizes other dimensions of her identity beyond the maternal role.

Keywords: Aging. Motherhood. Identity.

INTRODUÇÃO

Na psicologia histórico-cultural, o desenvolvimento humano caracteriza-se por um processo social, histórico, dinâmico e mediado, que não ocorre apenas com o desenvolvimento biológico, mas com mudanças qualitativas que envolvem todas as dimensões humanas. Tal desenvolvimento pode ser periodizado em estágios mutáveis e flexíveis, que seguem uma sequência de temporalidade e se caracterizam por momentos progressivos e contínuos de estabilidade e crise (Facci, 2004). Um desses estágios do desenvolvimento é a velhice, a qual, em intersecção com outros marcadores, como gênero e classe, possui atualmente uma pluralidade de representações que variam entre positivas e negativas. Ao lançar olhares para esse período do desenvolvimento, nota-se que a sociedade brasileira passa, hoje, por um processo de envelhecimento populacional que diminui a base da pirâmide etária e alarga seu topo. Com uma porcentagem de 10,9% em 2022, o censo apontou que, além do crescimento da população idosa, a população de mulheres é cerca de 6,0 milhões maior que a população masculina (IBGE, 2025). Mesmo com o aumento da população idosa, há um predomínio de representações sobre a velhice de dependência e incapacidade. Tal desvalorização da imagem social do idoso e da velhice advém de um pensamento enraizado em um sistema econômico que concebe o idoso como um sujeito que perde seu valor por estar fora do mercado de trabalho (Bosi, 1987).

Dessa forma, à medida que a psicologia histórico-cultural entende o sujeito como produto e produtor de seu contexto, as determinações sociais são partes integrantes do processo de constituição do sujeito, não operando como causas diretas, mas como mediações, nas quais o universal se transforma em experiência subjetiva singular (Aguiar & Ozella, 2013). Tais representações sociais acerca da velhice afetam como os sujeitos são tratados e como eles próprios atribuem sentido às suas vivências. Posto isso, pensar em um envelhecimento

saudável, especialmente da população feminina, implica, para além das questões biológicas, analisar os elementos culturais e a possibilidade que eles têm de desencadear crises e reconstruções de sentidos capazes de gerar novas formas de identidades (Reis & Facci, 2015), que entendam a velhice como uma fase de potência, de sabedoria e de construção ativa na sociedade, incentivando um envelhecimento saudável de maneira integral (Belo, 2013).

Sendo assim, emerge, desse contexto de feminização da população brasileira, a demanda de discutir como os papéis de gênero implicam na percepção e nas identidades femininas à medida que envelhecem. Em seus textos, Vygotsky (1987) traz que as funções psíquicas superiores do sujeito, como memória, pensamento, atenção ou linguagem, não surgem de forma espontânea ou biológica, mas se formam historicamente por meio do uso de instrumentos e signos. Esse sistema de signos não é neutro; ele carrega significados sociais e históricos, sendo o meio pelo qual o sujeito se apropria da cultura e, conseqüentemente, dos papéis de gênero, constituindo sua identidade.

Para Ciampa (1987), não existe uma identidade dada pela natureza; ela é produzida nas relações sociais e está sempre em transformação. Logo, para o autor, o sujeito é histórico e situado, construindo-se nas relações sociais e de trabalho. Tomando a identidade como movimento, o autor postula o conceito de identidade pressuposta, a saber, são as representações e expectativas sociais atribuídas aos sujeitos anteriormente à construção de suas identidades (Ciampa, 1987). Assim, essas representações de gênero na modernidade produzem discursos que postulam a maternidade e o papel de cuidado como se fossem uma vocação “natural” e “última” da mulher, em que os papéis de mãe, esposa e cuidadora são considerados realizações esperadas ou legítimas da feminilidade. E, ao internalizar esses discursos, as mulheres constroem suas identidades alicerçadas nessas representações e expectativas, compreendendo que a maternidade é parte de quem são.

Há um reconhecimento da identidade pressuposta de mãe, que posteriormente é interiorizada e objetivada socialmente quando a maternidade é concretizada com um filho real. Essa identidade pressuposta é rodeada por expectativas de ser mãe, cuidadora e mantenedora do lar. Dessa forma, ao se verem presas a esses estereótipos e papéis rígidos que não refletem quem realmente são ou desejam ser, ocorre, conforme Ciampa, uma experiência de mesmice (Kimura, 1997). Essa experiência requer o surgimento de um “outro eu”, por meio da suspensão da identidade pressuposta, para impedir que a mesmice continue (Ciampa, 1984). Portanto, ao pertencer a um contexto que estipula a maternidade como um papel social a ser mantido e reproduzido pelo corpo da mulher, pensar em envelhecimento feminino é também pensar em maternidade, visto que ter ou não filhos impacta os sentimentos e a percepção de si e do seu papel na sociedade (Gonzaga & Mayorga, 2019).

Viver ou não a maternidade influencia a construção da identidade feminina, já que, desde antes do nascimento até a fase adulta, as mulheres são frequentemente sujeitas a normas sociais que definem seus papéis e expectativas, muitas vezes restringindo suas oportunidades de desenvolvimento pessoal, profissional e social. Para Badinter (1985), essa dedicação ao filho não existiu em todas as épocas nem em todos os meios sociais, variando conforme as flutuações socioeconômicas da história e o desejo subjetivo de cada mulher. Segundo Gonzaga e Mayorga (2019), a naturalização do ser mãe como uma função intrínseca à construção da identidade feminina tem repercussões paradoxais na posição em que as mulheres se encontram na estrutura patriarcal, já que há um cenário no qual a maternidade é simultaneamente imposta e desvalorizada.

Com as transformações no papel social da mulher ao longo das décadas, em especial a desvinculação da sexualidade da procriação, por meio dos métodos contraceptivos, e a entrada da mulher no mercado de trabalho, a maternidade transformou-se em planejamento e o sexo,

em prazer (Farinha & Scorsolini-Comin, 2018). Com as lutas da pauta feminista e a aquisição de direitos pelas mulheres, a maternidade não é mais o único modo de afirmação feminina, visto que o desejo e a vontade de ser mãe podem entrar em conflito com outros desejos, como as ambições profissionais. No entanto, essa transição ainda gera tensões, especialmente pela dificuldade de conciliar os papéis exercidos nas esferas pública e privada. Esse aumento de funções, sendo a mulher agora mãe, dona de casa, profissional e, muitas vezes, cuidadora de outros membros da família, resulta em sobrecarga emocional e prática (Borsa & Feil, 2008). Esse conflito entre as esferas pública e privada frequentemente leva a sentimentos ambivalentes: quando escolhem priorizar a carreira, sentem-se culpadas por não estarem presentes para os filhos; ao escolherem dedicar-se aos cuidados familiares, enfrentam o luto pela perda de suas próprias ambições pessoais e profissionais (Bernardes, Loures & Andrade, 2019).

Além disso, ao refletir sobre essas questões em consonância com o debate acerca do processo de envelhecimento, surge outro dilema: as disparidades entre o passado e o futuro. Esses contrastes, nos quais o passado é frequentemente entendido como ultrapassado, geram incertezas em relação às experiências, aos valores e aos saberes adquiridos em épocas anteriores. Muitos idosos apresentam dificuldades e resistência em aceitar formas de pensar e agir atuais, além de valores que diferem daqueles que conhecem, levando à crença de que, no passado, tudo era melhor (Kovács, 2008). A mudança dos papéis sociais da maternidade e os questionamentos acerca desse fenômeno social podem despertar, em mulheres idosas, angústias e pesares. Entretanto, tendo em vista o caráter transformador da identidade, muitas mulheres idosas, em contrapartida, podem, ao se depararem com esse conflito, promover transformações e ressignificações em suas vivências e em sua identidade. Ou seja, a partir do encontro com esse conflito, elas podem romper com os ideais que lhes foram impostos, e se

reconhecerem como autoras de suas próprias histórias, reelaborando assim a maneira como se entendem e se posicionam no mundo.

Conforme Bosi (1987), mulheres no processo de envelhecimento podem ressignificar suas experiências, utilizando narrativas e símbolos culturais, que podem tanto limitar quanto ampliar suas possibilidades de reconhecimento e expressão. Portanto, o presente estudo propõe-se a analisar como a maternidade impacta a percepção de si e nas narrativas de vida de uma mulher idosa, tendo em vista as dinâmicas sociais que impactam na identidade feminina e as intersecções com o envelhecimento; ou seja, a análise aqui proposta abará, mais especificamente, a dimensão de gênero no processo de envelhecimento.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, a qual se utilizou o método de História de Vida como base para a coleta de dados, realizada por meio de entrevista individual não estruturada, que teve como única pergunta disparadora “Conte-me sobre sua experiência ao longo da vida com a maternidade, desde o momento de escolha até os dias atuais”. O método escolhido proporciona o encontro do reflexo da dimensão coletiva, de maneira flexível e adaptável, por meio do aprofundamento nas experiências vivenciadas por mulheres idosas, em seus próprios termos e definições (Silva, Barros, Nogueira, & Barros, 2007). Para Vygotsky (1987), método e objeto de estudo são indissociáveis, pois, diferentemente das ciências tradicionais, o objeto nas ciências humanas é vivo, histórico e dinâmico. Assim, o método emerge da própria natureza do objeto investigado.

Sendo assim, os critérios de inclusão limitaram-se aos requisitos: ser do sexo feminino maior de 60 anos; ser mãe; ser residente de Uberlândia, MG; ter disponibilidade para uma entrevista presencial; não ser diagnosticada com nenhum transtorno mental; precisava estar

lúcida e orientada, providas de boa assiduidade visual e auditiva e capaz de participar ativamente da entrevista para fornecer consentimento livre e esclarecido; como último critério, ter exercido ou exercer uma atividade profissional (além da atividade doméstica).

Já os critérios de exclusão incluíram: participantes em condição de saúde que impedisse a participação ativa na entrevista, como doenças cognitivas pré-diagnosticadas que prejudicasse a memória e a cognição; que a participante tivesse perdas de filhos recentes ou estivesse em um processo de luto significativo; que a participante tivesse filhos com deficiência; ou que tivesse filhos adotados¹. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, tendo como número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 88019525.6.0000.5152. Durante a entrevista, a participante foi informada de que poderia desistir da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou coação, podendo solicitar a retirada de seus dados até o momento da divulgação dos resultados. Para garantir a confidencialidade, sua identidade foi mantida em sigilo em todas as etapas do estudo.

A análise de dados se deu por meio da análise de conteúdo, com o referencial pautado na Psicologia Histórico-Cultural, conforme Aguiar e Ozella (2013). Essa abordagem parte do pressuposto de que sujeito e sociedade estabelecem uma relação dialética de base materialista. Por meio do processo de internalização, o sujeito constitui-se nas e pelas relações históricas e sociais e, simultaneamente, transforma essas relações de maneira ativa. O social existe por meio de sujeitos concretos que o vivenciam e o expressam de forma singular.

Logo, quando esse sujeito se apropria da cultura e a transforma em algo representativo a ele, ele produz sentidos, uma construção subjetiva, que ocorre quando o sujeito dá significado às suas experiências e as articula as suas emoções, pensamentos e desejos. Dessa maneira, o

¹ Os critérios: que a participante tivesse filhos com deficiência; ou que tivesse filhos adotados, foram delimitações temáticas estabelecidas para o desenvolvimento da pesquisa.

sentido se aproxima mais da identidade e assim expressa o sujeito com mais precisão, além de ter uma formação fluida, dinâmica e complexa. Já o significado está ligado às interpretações e às construções culturais que atribuímos às experiências, aquilo que foi generalizado a partir da experiência humana. O significado se transforma com as movimentações históricas e são conteúdos instituídos mais fixos e uniformes. Ambas as categorias se diferem, mas não podem ser pensadas uma sem a outra. Ao se debruçar sobre esses processos, a metodologia revela o caminho de construção do sujeito, envolvendo desde suas emoções até suas ações conscientes, sempre mediadas por elementos sociais que constituem sua existência (Aguilar e Ozella, 2013).

Assim, a análise inicia-se com a leitura flutuante e organização do material, nesse momento a palavra é considerada significado, desejando entender aquilo que não foi dito. Em um segundo momento, é realizado um processo de análise, no qual são aglutinados os pré-indicadores anteriormente estabelecidos. Essa aglutinação é realizada pela similaridade, complementaridade ou pela contradição, diminuindo assim a diversidade. O próximo passo é a construção dos núcleos de significação, que consiste na organização dos núcleos de significações e suas nomeações, dessa forma, tais núcleos devem expressar os aspectos centrais e elementares para o sujeito, que o envolve emocionalmente e revelam os determinantes constitutivos do sujeito. Por fim, há a análise dos núcleos, na qual há uma passagem do empírico para o interpretativo, elaborando uma análise mais abrangente e sistematizadora, vistos por meio do contexto do discurso do sujeito, da teoria e do contexto histórico-cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se entrevista com uma mulher de 60 anos, divorciada, que atualmente trabalha na área de Recursos Humanos, autodeclarada branca e residente em Uberlândia - MG. A participante tem dois filhos adultos, uma mulher e um homem. Está inserida em uma família

trigeracional, composta por seus dois filhos e três netos. A entrevista ocorreu na residência da participante, teve duração de duas horas e foi gravada mediante autorização prévia.

Após a leitura global da transcrição e a identificação dos pré-indicadores, conforme orientações de Aguiar e Ozella (2013), descritas na seção de método, chegaram-se a doze indicadores: construção social de gênero; sobrecarga doméstica e profissional; naturalização do ser mãe; construções sociais sobre a maternidade; diferenças geracionais; impossibilidade de expressar e sentir prazer no corpo feminino; renúncias de si; casamento como realização, responsabilidade feminina e violência; autoestima e padrões estéticos femininos; trabalho, neoliberalismo e adoecimento; estratégias de enfrentamento; e processo de envelhecimento. Assim sendo, com o decorrer da análise houve a aglutinação dos indicadores apresentados em dois núcleos, o primeiro núcleo refere-se ao período da vida de Poli anterior ao processo de envelhecimento, no qual exercia ativamente múltiplos papéis e se encontrava cercada por pressões, expectativas e idealizações. Os relatos e sentimentos atribuídos por ela a esse momento expressam-se no núcleo intitulado Entre malabarismos e quedas: a sobrecarga de papéis e o equilibrar pratos. O segundo núcleo refere-se à fase subsequente de sua vida, na qual, após diversas mudanças contextuais e transformações identitárias, relata um novo modo de olhar para si e para suas vivências anteriores: “Então hoje eu lido bem com isso, não tem a culpa, tem o que eu consegui fazer”: transformações durante o processo de envelhecimento.

Ao final da escrita e análise do trabalho aqui proposto, foi realizado um momento de devolutiva com a participante. Esse momento ocorreu no Centro de Psicologia da UFU (CENPS), em um horário previamente combinado. Tal momento teve como objetivo apresentar os resultados da pesquisa, compreender e acolher os impactos do estudo na participante, além de esclarecer dúvidas tanto da participante quanto da pesquisadora. Dessa forma, durante a devolutiva, a pesquisadora apresentou os resultados e acolheu as considerações da participante,

as quais foram posteriormente incorporadas ao trabalho. Além disso, foi no momento de devolutiva que a participante escolheu o nome Poli para ser identificada na pesquisa.

Entre malabarismos e quedas: a sobrecarga de papéis e o equilibrar pratos

Ao narrar sua história, Poli relata que a maternidade sempre foi um desejo seu. Conta que lia revistas e imaginava como seria quando esse momento chegasse. Ao descobrir a gravidez, embora não planejada, acolheu a notícia com felicidade: *parecia que já faz parte da minha vida*. Tinha 22 anos e, naquele momento, relacionava-se com seu cônjuge havia cinco anos. Apesar do desejo e da felicidade, descreve que vivia um período difícil, pois havia saído do trabalho recentemente, assim como seu companheiro, e não imaginava engravidar naquele momento. Mesmo com as dificuldades financeiras e o casamento apressado, decidido após a descoberta da gravidez, Poli traz que *curtiu* muito esse período de gestação, sentia que em seu corpo tinha muita vida.

A partir desse relato, ao refletir sobre o desejo feminino pela maternidade, demonstrado tanto por ela quanto por muitas outras mulheres, observa-se que esse desejo não é algo determinado pela biologia do corpo feminino, mas uma construção social enraizada simbolicamente, a qual se modifica conforme o contexto histórico, social, econômico e político, e se adapta aos discursos e práticas sociais vigentes (Resende, 2017). Tal desejo é cobrado cotidianamente pela família, pelas relações de amizades, estimulada pelo Estado e pela Igreja, e aceito pelas mulheres que cumprem esse papel de mãe sem mesmo ter a certeza de um desejo (Gonzaga & Mayorga, 2019).

Quando questionada se tinha algum desejo para além da maternidade, Poli diz: *eu não queria outra coisa a não ser ser mãe, casar, eu estava trabalhando para aquilo, era isso, eu não tinha nada além disso*. Essa fala conta sobre como as mulheres são socializadas, desde a infância, por meio de brincadeiras como casinha, boneca e cozinha, por exemplo, a construírem

em si essa necessidade de serem mães. Para Vygotsky (1987), tais instrumentos como a linguagem, gestos ou símbolos culturais são construídos socialmente e compartilhados. Eles são instrumentos sociais fundamentais que medeiam a relação do ser humano com o mundo externo e com seu mundo interior. É através dessa mediação simbólica que, quando os pais descobrem, por meio do ultrassom, se o bebê é menino ou menina, já se impõe à criança um gênero e, conseqüentemente, papéis sociais a serem performados² e desejos a serem almeçados.

Esses conceitos sociais da maternidade foram construídos a partir de uma visão que lhe confere uma essência natural da mulher. Essa perspectiva reforça a ideia de que a maternidade deve ser um destino inevitável, implicando, assim, em uma relação de obrigatoriedade entre ser mulher e exercer a maternidade (Farinha & Scorsolini-Comin, 2018). Com o tempo, esse discurso assume um caráter de naturalidade e universalidade, qualificando o instinto materno como um verdadeiro dogma. Contudo, muitas mulheres não se reconhecem nesse modelo idealizado, pois cada uma, atravessada por sua história singular e por seu contexto cultural, vivencia a maternidade de modo próprio (Badinter, 2011).

Ao falar sobre o nascimento de seus filhos, o parto e o contexto que se encontrava, Poli conta que a *loucura* começou quando sua filha, primogênita, nasceu. Diz que a maternidade sempre foi muito complexa, pois foi ensinada a *equilibrar pratos*, pratos esses, que se somavam com os papéis que ela tinha que assumir: estudar, trabalhar, educar os filhos, cuidar da casa. Com essa somatória de papéis e expectativas, Poli diz que *fez vista grossa* para si mesma³, pois

² Para Butler (1990), a noção binária cerceia o gênero a um reflexo direto do sexo biológico que não permite escapatórias, entretanto ao apreender o gênero como social e historicamente construído, o mesmo deixa de ser algo fixo e passa a ser flexível, instável e performativo, se desvinculando de um corpo sexuado específico. Tanto o sexo como o gênero são resultados de normas culturais, discursos e relações de poder que fazem parecer natural algo que é construído, uma vez que a repetição regulada de atos cria a aparência de uma identidade estável. Para a autora, essa identidade é performativamente construída, ou seja, é produzida e deriva-se diretamente das práticas de repetição regulada das normas, socialmente compartilhadas e historicamente produzidas, tidas como consequência da identidade.

³ Zanello (2018) aborda que muitas mulheres têm dificuldades de dizer “não” e de colocarem limites, por aprenderem a cuidar dos outros e muito pouco de si mesmas, já que durante o processo de socialização, quando

entendia que tinha que dar conta de todas essas demandas e expectativas. Esse tipo de cobrança apresentada nas falas de Poli, revela o quanto o discurso normativo da maternidade afeta subjetivamente as mulheres, gerando culpa, frustração e sensação de inadequação frente a um ideal inatingível.

Então, a cobrança [a respeito da maternidade] é ferrada, é assim, você tem que amar seu filho, você tem, às vezes não ama, ou às vezes não tá sentindo aquilo, você tem que se sentir sublime por você ter esse poder, você é mãe, porque olha que coisa mais maravilhosa, tem um monte de meleca, você tem vontade... tem dia de jogar o menino lá em cima do telhado, então isso é ruim.

Conforme Gonzaga e Mayorga (2019), a instituição da maternidade consolida-se como um dos pilares do modelo patriarcal moderno, colonial e cristão, sustentando-se não apenas por mecanismos repressivos, mas por discursos produtivos de poder que normatizam e hierarquizam corpos e papéis femininos. Esses discursos valorizam as mulheres que se enquadram no ideal de maternidade abnegada, incondicional e redentora.

A contrariedade dos discursos desenvolve sentimentos ambíguos, ao exigir que a mulher seja excelente em todas as esferas, sem abdicar de nenhuma delas. Em muitas das falas Poli pode-se observar essa ambivalência em relação à maternidade, ela conta que quando não conseguia equilibrar os pratos se sentia *frustrada, fraca, incompetente*, mas traz, também, que se sentia completa e poderosa por saber que conseguiu ter filho e que poderia cuidar dele. Dessa maneira, o não ajustamento a esse padrão pode levar ao silenciamento de experiências maternas reais, à invisibilidade de conflitos, além da culpabilização daquelas que ousam vivenciar a maternidade fora dos moldes prescritos. Conforme Bernardes, Loures & Andrade (2019), tais

elas dizem não a alguma tarefa de cuidado, são julgadas moralmente, produzindo sentimento de culpa e de não merecimento ao colocarem seus desejos e suas necessidades à frente.

normas, que reforçam, por meio de discursos e dos meios midiáticos, esse ideal a ser alcançado pelas mulheres-mães, contribuem para a culpabilização das mulheres, já que se tratam de padrões e expectativas irreais.

Porque a cobrança é muito grande [cobrança em relação à maternidade], você não dá conta de fazer tudo. Então, isso, até bem pouco tempo [período anterior à saída dos filhos de casa], era algo muito estressante. Eu gostava de ser mãe, eu gostava da maternidade, mas assim, a cobrança era tão grande, que você nunca chegava no ponto que era o ideal. Você sempre estava faltando, mas... Mas também, você foi trabalhar até tarde, largou o menino na casa da sua mãe, largou o menino sozinho em casa, tudo é motivo pra cobrança. E o pior é que quem cobra são outras mães, que também não conseguem. Então é um manual inexecutável, sabe assim? É um manual que não... Acho que nem a Virgem Maria conseguiu fazer.

Poli faz menção a história bíblica, que coloca Maria como um ventre a serviço dos planos de outro, um ideal de mãe a ser seguido, uma mulher devota, mãe e virgem, valorizada não por ser ela mesma, mas diferenciada por gerar em seu ventre o bendito fruto. A igreja é uma instituição que foi crucial na consolidação do sistema de gênero, regulamentando a sexualidade e a reprodução dos sujeitos, homens e mulheres. A história de Maria não é sobre ela, mas sim sobre seu bendito ventre. Essas tradições reafirmam uma lógica de submissão, de tabus sobre o corpo feminino, e apresentam a maternidade como única via possível de redenção feminina após o pecado original (Gonzaga e Mayorga, 2019).

Paralelamente à culpabilização por não atingir o ideal materno, a inserção da mulher no mercado de trabalho⁴ intensifica a sobrecarga decorrente da acumulação de papéis. Ao narrar

⁴ Para Cisne (2012), o capitalismo usa a ideia de que certas funções são “naturais” para as mulheres, como o cuidado com a casa, com os filhos e a família, para se beneficiar economicamente. A autora postula que a divisão sexual do trabalho, ao ser tratada como “natural”, esconde sua função econômica de transferir o trabalho gratuito ou mal pago para as mulheres no sistema capitalista, principalmente no ambiente doméstico.

sua trajetória profissional, Poli relata ter iniciado sua vida laboral aos 15 anos, trabalhando como secretária de dentista, e posteriormente exercido diversas funções. É formada no Magistério e em Pedagogia, tendo também empreendido em um buffet e em um salão de beleza. Afirmar que, em muitos momentos, trabalhar era necessidade para complementar a renda familiar. Em suas falas, conta sobre rotinas de trabalho grandes e exaustivas: *eu trabalhava 20 horas por dia*, e sobre sua dedicação ao trabalho: *só vivia pro trabalho*. Menciona, também, sobre realizações em sua vida profissional, demonstrando orgulho e satisfação por tais conquistas: *era muita festa, muita alegria. Então, eu me descobri lá e eu queria ficar só lá*.

Ao ser questionada sobre o equilíbrio entre a vida profissional e os cuidados parentais, Poli relata que, embora tenha sido um processo difícil e trabalhoso, não percebeu repercussões negativas na relação com as crianças nem com sua família de origem. Ao lembrar da infância e adolescência dos seus filhos, destaca a importância da sua rede de apoio, formada principalmente por seus pais e por sua sogra, que a auxiliavam nos momentos em que ela estava trabalhando ou se dedicando ao lazer, este último frequentemente acompanhado de mais cobranças. Nesse contexto, a mulher-mãe vivencia uma culpa dupla: quando não abandona a carreira para se dedicar exclusivamente à maternidade ou quando o faz e é socialmente penalizada pela renúncia à própria autonomia (Bernardes, Loures, & Andrade, 2019).

Eu pensava que eu tinha que dar conta de tudo. Eu tinha que cuidar da escola. Eu tinha que fazer a tarefa. Lógico que não dava conta. Muita coisa passava por cima. E cada coisa que eu passava por cima, eu me sentia culpada. Porque, assim, eu limpei a casa, mas ainda ficou teia de aranha. Ah, eu fiz a comida, mas ficou salgada. Nossa, mas vai ser idiota. Então, eu fui crescendo nessa maternidade, nessa evolução dos meus filhos e do casamento com a sensação de muita culpa por não dar conta, mas achando assim, você tem que dar conta.

Essa maternidade sacra, que postula uma mulher dedicada e disponível exclusivamente aos cuidados com a criança, acaba por levar a mulher a abandonar seus desejos. Badinter (2011) afirma que a ideologia naturalista contribuiu para que a vida da mulher se volte unicamente para a criança. Para além dos desejos da mãe, encobertos pelos desejos dos filhos, a conjugalidade também se submete a um ideal de vida familiar, na qual a fragilidade do casal ou a sexualidade são silenciadas. Durante a entrevista, Poli aborda sobre o relacionamento com o pai de seus filhos:

Ele gritava comigo, ele falava alto, ele me xingava... Era violência psicológica, que me derrubava. Você é fraquinha demais mesmo, você...[menção às falas do marido sobre a participante] Então aquilo lá acabava comigo, mas assim... Ele me dava uma cacetada e eu levantava.

Essa fala refere-se ao seu casamento com o seu ex-marido, com o qual manteve um relacionamento por 40 anos. Ela divide a parentalidade com ele e em muitos momentos da entrevista aborda sobre esse relacionamento. Poli relata que eles se conheceram em uma festa de família e que se casaram após a descoberta da gravidez. Afirma que vivenciou múltiplos episódios de violência psicológica, marcados por términos e reconciliações. Ao narrar essa relação, pondera aspectos positivos que a mantinham no casamento, como o apoio recebido durante a gestação e momentos que descreve como *muito legais*, mas também reconhece a presença de um ciclo de violência e a dificuldade de romper o vínculo:

Nossa, foi difícil [encerrar o relacionamento]. Porque... Eu achava que eu não ia conseguir. Eu falava assim, é assim mesmo. Eu vou ter que ficar o resto da vida com ele mesmo. Porque assim, é o que tem pra hoje. Ele é bom, ele não é um... Não é mulherengo, não fuma também. Mas ele me maltratava psicologicamente.

Para Zanello (2018), essa subjetivação das mulheres que coloca o amor como um fator identitário perpetua relações heterossexuais assimétricas sem reciprocidade de investimento, pois, para a mulher, a perda de uma relação amorosa é uma perda identitária. Nesse processo, em que mulheres se subjetivam, reafirmam e repassam as tecnologias de gênero e os signos, instala-se uma identidade pressuposta de “boa mulher”, a “esposa dedicada”, a “mãe sacrificial”, que contribui para que muitas mulheres se sintam responsáveis pela manutenção do casamento. Essa responsabilização, mesmo em uma relação com a presença de algum tipo de violência, demonstra que terminar o relacionamento implica assumir que essa mulher fracassou. Esse fracasso conjugal é vivido como falha pessoal, enquanto a permanência é interpretada como prova de valor, maturidade ou “capacidade de amar”.

Além disso, Zanello (2018) aborda que além da perda identitária, muitas mulheres têm medo de voltarem ao “mercado afetivo”, pois ao se separarem, temem serem vistas como “não escolhidas”, “defeituosas” ou “sobrando”. Durante a entrevista, Poli conta como conseguiu tomar essa decisão de encerrar esse relacionamento, se permitindo ser e vivenciar experiências que desejava, rompendo, conforme Ciampa (1988), com a identidade pressuposta que se encontrava.

E... aí eu falei não pra ele, de vez assim, não quero, ele fez um monte de movimento pra gente voltar, igual ele fazia antes, mas eu consegui falar não, aí minha vida mudou muito, aí essas vozes [voz interna julgadora], faz parte do meu passado, hoje eu tenho isso, mas na hora que eu começo a me deixar, eu falo não, não é assim, tem isso, tem isso, eu racionalizo.

Além da maternidade e da conjugalidade, outro conteúdo recorrente na narrativa de Poli diz respeito à relação com o próprio corpo. Ela relata que, desde jovem, gostava de se arrumar,

fazer penteados e tomar sol. Contudo, durante a segunda gestação, passou a sentir insatisfação com o peso corporal, recorrendo a medicamentos e dietas. Essa relação conflituosa modificou-se após o término do casamento, quando iniciou relacionamento com outro homem, que, segundo ela, possibilitou um novo olhar sobre si:

E ele ficou me contemplando. E aquilo, eu ficava tão sem jeito, mas eu falava assim, eu vou te ver tirar. Aí eu tirei a roupa, a gente ficou, foi pra banheira. Aí ele foi me levando de uma forma assim, me olhando e falou assim: ‘olha pra você, olha lá no espelho’ [...] Isso me deu força pra eu poder falar: perai, então eu consigo ser visível pra outro homem, né?” [refere-se ao seu ex-marido].

Além da vivência da participante, a beleza de um corpo, seja masculino ou feminino, é um fenômeno marcado pelo seu caráter cultural e histórico. Esse culto ao corpo, em específico no corpo feminino, se intensificou após o final do século XX, onde, conforme Goldenberg (2005), no Brasil, o padrão estético desempenha um papel central na construção da identidade social e na representação do corpo. Para a autora, com a indústria da beleza, o corpo se tornou um objeto de consumo e investimento, um esforço individual e meritocrático que exige trabalho, sacrifício e adesão às normas sociais de “boa forma” que, se conquistado, expressa status, virtude e distinção social. Tal padrão estético ganhou um aspecto empresarial e lucrativo, com cirurgias plásticas, cosméticos, publicidade e dietas.

Zanello (2018) argumenta que o processo de subjetivação feminina é mediado pelo olhar masculino, essa mediação constrói uma autoestima baseada e validada na escolha de um homem, colocando o amor como um fator identitário. Para ela, a beleza deixa de ser algo estético e passa a ser um dever ético, que coloca as mulheres em uma prateleira para que um homem as escolha e as avalie, física e moralmente. Dessa forma, as que se encaixam no padrão

estão em um lugar privilegiado e as que não se assemelham ao ideal estético permanecem vulnerabilizadas e vistas como mulheres que “não deram certo” ou “encalhadas”.

Poli diz que só conseguiu mudar sua relação com seu próprio corpo depois de ser vista por seu ex-namorado e posteriormente por outros homens que trabalhavam com ela. Durante o processo de socialização, as mulheres são ensinadas a buscarem pela beleza e a entenderem que só serão desejáveis se possuírem alguém as desejando. Para ela, foi por meio do olhar e do desejo de um homem que mudou sua autoestima, passou a se sentir bonita, se cuidar e a gostar de se olhar. Dessa forma, todos esses fatores permeiam a socialização e os processos de internalização feminino, como a maternidade, o trabalho e o corpo, refletindo nos sentidos e na maneira como Poli se entende.

***“Então hoje eu lido bem com isso, não tem a culpa, tem o que eu conseguir fazer”:
transformações durante o processo de envelhecimento***

Com o processo de envelhecimento, Poli vivencia diversas transformações e, especialmente após a menopausa, relata experimentar um momento de maior liberdade. Ao aprofundar a análise de seu discurso, observam-se diferenças significativas entre o período em que se dedicava intensamente aos cuidados dos filhos e dos pais e o momento atual de sua vida.

Faz pouco tempo que eu comecei a tomar consciência de quem eu sou, como que eu sou, aonde eu vou. E eu acho que a idade, essas experiências me ajudaram a chegar aqui desse jeito e com essa cabeça de querer descobrir coisas que...eu faço coisas hoje assim, que na adolescência não fazia.

Os discursos e práticas sociais que impõem papéis e expectativas sobre determinados grupos, como o ideal da mulher-mãe abnegada, responsável por cuidar de todos e dar conta de todas as demandas familiares, gera uma identidade pressuposta. Contudo, Ciampa (1988)

afirma que a identidade está sempre em movimento e pode se reconfigurar a partir das experiências vividas. As transformações identitárias ocorrem quando o sujeito rompe parcialmente com essa identidade pressuposta e passa a se reconhecer como autor de sua própria história, reelaborando a maneira como se vê e se posiciona no mundo. Esse processo de mudança envolve reflexão e ruptura com os papéis sociais impostos. Na história de Poli, observa-se esse movimento quando ela reconhece que, durante grande parte da vida, esteve submetida à exigência de *dar conta de tudo*. Entretanto, com o envelhecimento e as mudanças contextuais, passa a relatar uma nova forma de se perceber, sentindo-se menos culpabilizada e menos submetida ao padrão idealizado tão presente nos discursos do núcleo anterior.

Hoje eu vejo diferente, lá é assim [período em que os filhos são crianças ou adolescentes], você tem que dar conta. Esquece que você... não vai ter tempo pra você pensar, ah, será? Ah, essa parte eu vou deixar com ele [refere-se ao seu ex-marido]. Não existia essa opção. Eu tinha que ser a pessoa que desse conta de tudo pra poder as coisas fluírem. Sempre pra buscar um equilíbrio. Aí meu marido tá nervoso, tá bom, o que é que você quer? Ah, quer esse arroz. Então, vou fazer arroz, o que você quer?.

Culturalmente, as mulheres são socializadas desde a infância para exercerem o papel de cuidadoras. Segundo Isaac, Ferreira e Ximenes (2018), mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, muitas mulheres tendem a assumir o cuidado de familiares quando surge essa necessidade, em virtude das pressões familiares e sociais que recaem sobre elas. Conforme já discutido anteriormente, se a relação do sujeito com o social é mediada pelos signos (Vygotsky, 1987) e há signos que se relacionam com as normas de gênero (Zanella, 2018), então esses signos são internalizados pelas mulheres e estruturam uma identidade voltada para o cuidado, a agradabilidade e a evitação do conflito. A dificuldade feminina de dizer “não” pode, portanto, ser compreendida como efeito desse conjunto de mediações simbólicas, que produzem sentidos

afetivos de culpa, medo e responsabilização quando limites são estabelecidos, reforçando a ideia de que as mulheres seriam cuidadoras “naturais”.

Para além da maternidade, Poli dedicou-se ao cuidado dos pais e, após o falecimento de ambos, deparou-se com uma crise marcada pela perda desse papel social. Desde a juventude, relata ter ocupado continuamente a posição de cuidadora, inicialmente dos irmãos, depois dos filhos e, por fim, dos pais. Ela descreve esse momento da seguinte forma:

Quando minha mãe faleceu, eu não tinha mais ninguém pra cuidar. Aí eu pensei assim: “então o que eu vou fazer?” Porque a minha vida inteira eu cuidei. E aí essa vizinha, ela já estava longe, mas faz parte da estrutura. E aí eu pensei: “eu não tenho mais ninguém pra cuidar”. Parecia que eu não tinha função. Porque a minha função era essa [cuidar].

Assim como a participante, durante a vida, a mulher, em geral, pode se deparar com momentos de crise, contradição e reorganização interna. Esse processo é emocional, histórico e social, ligado à atividade e às mediações que o sujeito vivencia (Facci, 2004). Tais reorganizações conduzem a períodos de estabilidade, nos quais o sujeito consolida o que foi aprendido nos momentos de crise. As crises, portanto, não representam somente experiências negativas, mas constituem etapas necessárias ao desenvolvimento. Isso pode ser observado quando Poli menciona outro momento marcante de transformação: quando seu namorado a incentivou a olhar para si mesma, possibilitando mudanças profundas na relação com o próprio corpo e sua sexualidade. Para ela, a expressão de sua sexualidade era atravessada por uma *voizinha* interna que a julgava como alguém *muito safada*, crítica que frequentemente antecedia episódios de choro.

Transava e eu chorava. [...] Não faz muito tempo que eu parei com isso. Deve ter uns 15 anos que eu parei. Eu tenho 60. Com 45 anos, já sendo avó, eu ainda tinha essa sensação de que estou fazendo uma coisa errada.

Afirma que, com o passar dos anos, juntamente com os processos terapêuticos e suas experiências de vida, deixou de ouvir essa *voizinha* crítica. Atualmente, sente-se mais livre para vivenciar sua sexualidade e ter relacionamentos: Ó, agora eu tô com esse chavão assim: ‘ó, eu tenho 60 anos, eu posso fazer o que eu quiser’.

A sexualidade feminina, para além da maternidade, está submetida aos papéis de gênero que recaem sobre os corpos femininos. Conforme Oliveira (2018), na história da sexualidade feminina, especificamente no Brasil, tem-se que no final do século XIX, as mulheres tidas como saudáveis eram as que não tinham desejos sexuais. Nesse contexto, o sexo no matrimônio visava somente a reprodução humana. Dessa forma, quando um homem procurava um casamento, geralmente escolhia mulheres consideradas aptas à reprodução, enquanto as mulheres mais erotizadas eram tidas como amantes.

Ao longo da história, a vida sexual feminina esteve fundamentada em padrões morais, éticos e comportamentais que as ensinavam a viver em família, a zelar pelo lar e a ter responsabilidade pelos cuidados da casa e da família.

A descoberta da pílula anticoncepcional representou um avanço para as mulheres, pois permitiu que a maternidade fosse uma escolha, separando a reprodução do prazer. Entretanto, com essa separação, a responsabilidade sobre os problemas sexuais do casal ainda recai sobre as mulheres que, em sua maioria, assumem uma postura passiva e submissa aos desejos dos parceiros. Logo, desde pequenas, as mulheres são educadas a não se conhecer e nem a olhar para seu próprio corpo, pois tal comportamento é compreendido como errado e imoral.

Além dessa mudança na identidade, Poli observa em si uma superação da reprodução do papel social estabelecido para mulher que marcou a geração de sua mãe. Esses mesmos discursos sobre um ideal feminino se modificaram durante as últimas décadas do século XX, sendo possível identificar mudanças sociais em relação ao papel social da mulher, o enfraquecimento do modelo de família constituído por um homem provedor, uma mulher responsável pelo cuidado e os filhos, bem como no aumento do processo de desfamiliarização do cuidado das crianças pequenas, no qual muitas famílias passaram a partilhar cada vez mais os cuidados com instituições públicas e privadas (Sorj, 2013). Dessa forma, além de identificar em si essa superação, ela reconhece esse mesmo movimento de superação em sua filha.

Nossa, a geração da minha mãe foi uma geração, como eu te falei, da mulher ser muito submissa. Eu vejo uma evolução da minha mãe, passando pela minha geração, que era equilibrar os pratos, e agora chegando na minha nora e na minha filha, o quanto as coisas são diferentes. A educação, o jeito das crianças, e a minha filha é viúva e tem um relacionamento homossexual. A minha nora tem o marido e os dois filhos. Eles fazem totalmente diferente.

Para além das diversas transformações que Poli observa em sua trajetória e seu contexto, ela relata que algumas coisas permanecem as mesmas, como o uso do humor para lidar com os momentos difíceis e os momentos de descontração com seus amigos. Na entrevista, Poli falou sobre muitos momentos de perdas, de violência e de luto, seja na vida pública ou privada, que despertaram sentimentos como frustração, culpa e medo. Entretanto, ela conta também que, em muitas dessas situações, o humor foi um mediador com os acontecimentos do meio. Diz que é bem-humorada e que usa o humor como estratégia para deixar as coisas mais leves:

E o interessante é que assim, todos os momentos muito difíceis. Teve momentos assim, foi muito difícil, mas eu sempre... Tem outra coisa que eu tenho, é do humor. De pegar o trágico e transformar em piada.

Essa fala revela o modo singular como ela se relaciona com experiências dolorosas com as quais se depara. Para Vygotsky (1987), o que determina o impacto que o meio terá no sujeito é a vivência⁵ e não a situação em si. É essa articulação entre os sentidos do sujeito e o meio externo que ditará como a situação ressoará no sujeito.

[...] às vezes eu estava com um problemaço lá em casa. Eu chegava na casa dela [prima próxima] ia contar e a gente chorava e ria [...] Então, virava piada, virava uma coisa assim, leve. Aí eu punha para fora. Se a pessoa olhasse para mim e falasse assim, ‘você não está passando por isso’, estou, tô, mas é o que tem pra hoje. Então, o humor, assim, essa vontade de superar sempre esteve presente.

Nessa fala, o humor aparece como parte da vivência do sofrimento, ela não nega a dor, mas produz um sentido que a permite continuar, suportar e, por vezes, transformar o que foi vivido. Algo semelhante ocorre quando ela fala sobre seus amigos e seus momentos de interação. Para além dos aspectos físicos e sociais, os vínculos afetivos constituem um elemento fundamental no desenvolvimento e na busca por um envelhecimento saudável. Os vínculos de amizade são fundamentais para reduzir o sentimento de solidão no idoso, uma vez que a companhia oferece um suporte emocional e moral, contribuindo para a melhoria da satisfação com a vida (Maia et al., 2016). Poli destaca que sempre contou com uma rede de apoio sólida e presente: *Eu sempre fui amparada. Eu não fiquei desguarnecida de apoio, não.*

⁵ A vivência (pereživânie), para Vygotsky, são os elementos existentes que determinam a influência do meio no desenvolvimento psicológico, ou seja, é a vivência de um componente qualquer do meio que determina qual influência que a situação ou meio exercerá na criança (Vigotski, 2010).

Dessa forma, além do humor, ela conta com seus vínculos afetivos e sociais para mediar sua relação com o meio e dar sentido às suas vivências, ressalta que mesmo no período latente da maternidade nunca deixou de ter lazer e de se reunir com seus amigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito é compreendido como uma trajetória de sentidos e significados em constante transformação, constituída nas mediações com o mundo (Aguiar e Ozella, 2013). Nesse trabalho, buscou-se compreender a trajetória traçada por Poli, especialmente como a maternidade impactou nesse caminho, ponderando sobre os determinantes sociais da identidade feminina e as intersecções com o envelhecimento. Dessa forma, no primeiro núcleo, pode-se analisar como a socialização e os discursos que naturalizam a maternidade ressoam em Poli, que traz uma narrativa permeada de muita culpa, cansaço e frustração ao não conseguir *equilibrar os pratos*, ou seja, quando não conseguia corresponder e dar conta das expectativas de todos os papéis atribuídos a ela.

Esse ideal de mulher, uma mulher devotada, mãe e em um lugar de destaque na prateleira do amor, molda não só a construção identitária de Poli como, também, das demais mulheres que escolhem a maternidade mesmo sem desejar. Ao internalizar essa identidade como se fosse sua essência, o ideal de mãe, de esposa, de trabalhadora, de mulher bonita, ela deixa de se perceber como sujeito ativo de sua própria história e passa a reproduzir um papel social, produzindo assim o que Ciampa (1988) chama de *mesmice*, de reposição da identidade pressuposta. Tal cristalização da identidade, a experiência de *mesmice*, bloqueia os processos de metamorfose que constitui a identidade como movimento e pode levar a um luto simbólico de si. Esse luto não é socialmente validado ou publicamente reconhecido, já que os discursos de poder exigem uma maternidade que valoriza o sacrifício, a dedicação plena e a lealdade aos

papéis maternal e familiar: *eu deixei o principal, que foi eu mesma, de me olhar, de me entender, de me posicionar, isso foi muito difícil, porque assim, só apanhei, aí depois melhorei.*

Maternidade pra mim é você aprender a conviver com o outro. É você saber ser empático. É você saber renunciar. Você renuncia de boa. Às vezes não é tão de boa, mas você renuncia.

Conforme Aguiar e Ozella (2013), o sentido, entendido como construção subjetiva, não se limita a regras racionais ou definições fixas, pelo contrário, pode ser contraditório, ambíguo e fluido, pois está vinculado às necessidades, desejos e afetos do indivíduo, que nem sempre são coerentes ou lógicos. Essa dinâmica aparece em alguns momentos no relato de Poli, um deles é ao afirmar que algumas renúncias lhe são mais fáceis e outras mais difíceis, embora todas sejam realizadas. No caso dela, a maternidade constitui um elemento identitário, integrando aquilo que ela é e a forma como se reconhece. *Se não fosse a maternidade, não ia ser eu, né?*. Mas, ela também identifica outras partes de sua identidade para além de ser mãe: *Antes de ser mãe, eu sou mulher, sou filha, sou irmã, sou amiga. Então eu sou mãe com todas as minhas características de mulher, de ser humana..*

Já no segundo núcleo, a análise volta para as transformações na trajetória da participante, que durante o processo de envelhecimento, se deparou com a perda de muitas funções sociais que carregava e que se identificava, como o papel de cuidadora, tendo que dar novos sentidos às suas vivências. Essas transformações possibilitaram a ela novas formas de ser, de se relacionar e de vivenciar a vida.

Por escolher um método que permite através da narrativa pessoal de uma determinada mulher explorar a relação entre os fatores socioculturais e os fatores históricos, aprofundando nas dimensões subjetivas da vivência humana, a análise aqui proposta esbarra em algumas

limitações, como a não exploração de outras formas de maternidade diferente da vivenciada por Poli como a adoção ou a maternidade atípica, que poderiam complexificar a compreensão dos sentidos e significados que medeiam a construção de uma identidade. Ademais, outra limitação do estudo volta-se para o contexto social e as características físicas de Poli, que dita as relações de poder e os discursos que atravessam suas vivências. Tal enquadre restringe o aprofundamento nas intersecções de raça e classe, dimensões fundamentais para a compreensão da velhice e da maternidade em contextos diversos.

Apesar dessas limitações, esta pesquisa contribui para ampliar o campo de estudos sobre o envelhecimento, área que, historicamente, tem recebido menos atenção na Psicologia em comparação com a infância e a fase adulta (Reis & Facci, 2015). Ao valorizar a narrativa de vida e a rememoração, o estudo oferece a Poli a possibilidade de revisitar sua trajetória, reconhecendo suas contribuições e resgatando memórias significativas, o que pode favorecer autoestima, autonomia e um novo sentido para sua história. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos que incluam mulheres de diferentes alcances sociais, com vivências maternas interpostas de outras normas e signos, como as dimensões de raça, classe social, territorialidade e orientação sexual, permitindo uma análise mais abrangente das experiências de envelhecimento e maternidade. Sugere-se também investigar mulheres que optaram por não vivenciar a maternidade, a fim de compreender como essa escolha repercute na construção identitária ao longo da vida e, especialmente, na velhice.

REFERÊNCIAS:

- Aguiar, W. M. J. D., & Ozella, S. (2013). *Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 94, 299–322.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (pp. 370–370).
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe* (2ª ed.). Record.
- Belo, I. (2013). Velhice e mulher: vulnerabilidades e conquistas. *Revista Feminismos*, 1(3).
- Bernardes, R., Loures, A. F., & Andrade, B. B. S. (2019). A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. *Revista Mosaico*, 10(2Sup), 68–75.

- Borsa, J. C., & Feil, C. F. (2008). O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. *O Portal dos Psicólogos*, 185, 1–12.
- Bosi, E. (2016). *Memória e sociedade: lembrança de velhos* (19ª ed., Cap. 2). Companhia das Letras.
- Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio.
- Ciampa, A. C. (1988). Identidade. In S. T. Lane & V. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 58–75). Brasiliense.
- Cisne, M. (2012). *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. Outras Expressões.
- Conselho Federal de Psicologia. (2024). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência* (2. ed.). GM Editorial; Conselho Federal de Psicologia.
- Cunha Bragato, A. G., Elias, H. C., de Abreu, M., de Assis, H. M. N., de Paula, F. F. S., Garcia, L. A. A., & da Silva Santos, Á. (2022). Domicílios multigeracionais: satisfação e dificuldades apresentadas por avós cuidadores de netos. *Research, Society and Development*, 11(9), e38211931915.
- Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cadernos Cedes*, 24, 64–81.
- Farinha, A. J. Q., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Relações entre não maternidade e sexualidade feminina: revisão integrativa da literatura científica. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(1), 187–205.
- Gonzaga, P. R. B., & Mayorga, C. (2019). Violências e instituição maternidade: uma reflexão feminista decolonial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe2), e225712.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023, 27 de outubro). *Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>
- Isaac, L., Ferreira, C. R., & Ximenes, V. S. (2018). Cuidar de idosos: um assunto de mulher? *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(1), 108–125.
- Kimura, A. F. (1997). A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 31, 339–343.
- Kovács, M. J. (2008). *Morte e existência humana: caminhos de cuidados e possibilidades de intervenção*. Guanabara Koogan.
- Küchemann, B. A. (2012). Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Sociedade e Estado*, 27, 165–180.
- Maia, C. M. L., Castro, F. V., da Fonseca, A. M. G., & Fernández, M. I. R. (2016). Redes de apoio social e de suporte social e envelhecimento ativo. *INFAD*, 1(1), 293–304.
- Oliveira, E. L. (2018). História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. *Revista Ártemis*, 26(1), 303.
- Oliveira, M. M. M. D. (2023). *O desenvolvimento do idoso e a teoria histórico-cultural: a atividade e o cotidiano na mediação do envelhecimento*.
- Reis, C. W., & Facci, M. G. D. (2015). Contribuições da psicologia histórico-cultural para a compreensão da velhice. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 6, 99–116.
- Resende, D. K. (2017). Maternidade: uma construção histórica e social. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 2(4), 175–191.
- Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 1(1).
- Sorj, B. (2013). Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 43, 478–491.

- Vigotsky, L. S. (1987). *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Editorial Científico-Técnica.
- Vigotski, L. S. (2010). Quarta aula: A questão do meio na pedologia. *Psicologia USP*, 21(4), 681–701. <https://doi.org/10.1590/s0103-65642010000400003>
- Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.